Extinção do tráfico

No Brasil, a extinção do tráfico se apresenta como um resultado da conjugação, no mesmo contexto nacional, de três setores escravistas principais: a agropecuária decadente, a economia açucareira madura e a lavoura cafeeira em expansão.

Ainda antes do encerramento do tráfico, a agropecuária cearense já começara a exportar braços para o Centro-Sul: a proibição da entrada de escravos no território nacional, elevando seu preço, devia tornar mais remunerador o atendimento a essa disposição já presente.

Na economia açucareira observa-se, na fase que precede à extinção do tráfico, uma intensificação no movimento de transferência de propriedades agrícolas das mãos dos fazendeiros para as dos especuladores em escravos.

Essa crise se vincula à tendência – característica das economias escravistas amadurecidas – a uma grande aquisição de braços que não corresponde às necessidades produtivas.

Com efeito, enquanto na fase de expansão da agricultura a demanda se faz essencialmente em função do quadro de trabalho requerido, na economia amadurecida ela tem como motivo precípua a norma que define a riqueza como proporcional à escravaria. Em conseqüência, endividando-se sem contar com uma correlata produção agrícola, o fazendeiro fica mais facilmente à mercê do credor traficante e especulador em escravos. Complementarmente, alternam-se os termos da discussão sobre a quantidade de braços introduzidos pelo tráfico: enquanto na fase de expansão o fazendeiro reclama da escassez, posteriormente passa a temer as manobras pelas quais o traficante, importando em larga escala, provoca uma desvalorização do capital empregado na lavoura. Esses conflitos, porém, não redundam em antagonismo ao próprio tráfico, cuja extinção paralisaria a especulação em escravos que se praticava.

Extrapolando para o Brasil o esquema geral da dinâmica da economia açucareira, podemos supor que, se o tráfico tivesse continuado, constituir-se-ia na lavoura um setor de proprietários de escravos desinteressados ou incapazes de novas aquisições e que encarariam o encerramento do tráfico, com a decorrente escassez de braço, como recurso para valorizar sua propriedade. Nesse sentido, podemos dizer que a proibição da entrada de novos escravos no Brasil *antecede* (em confronto com o modelo construído) a emergência de uma tensão desse tipo na economia açucareira.

Por outro lado, o fim do tráfico, suspendendo, embora, a acumulação de escravos e impedindo os setores menos abastecidos de ampliar ou renovar o quadro de trabalho, devia, em troca, produzir, de fato, a valorização da escravaria existente. Nessas condições, dado o grau de suprimento já atingido, a extinção do tráfico, sem ter sido reivindicada por nenhum dos setores da economia açucareira, não tendia contudo a provocar considerável resistência.

Quanto ao Centro-Sul, a transferência de escravos de outras áreas do país impede a interrupção do abastecimento de braço.

Com efeito, dados os altos preços oferecidos pela nova lavoura, a venda de escravos tendia a tornar-se numa considerável faixa da economia nacional (em vista das precárias condições atingidas) mais vantajosa que a conservação de um quadro de trabalho escravo. Também os excedentes

da escravaria que vinha sendo adquirida em grande escala pelo setor açucareiro deslocavam-se para o Centro-Sul, em virtude da alta, garantindo-se, assim, uma reserva nacional de braço para o setor que passava a responder pelo crescimento econômico.

Complementarmente, através dessa aquisição de escravos, o Centro-Sul redistribuía pelas demais áreas parte dos proventos propiciados pelo café, contribuindo para manter (provisoriamente, embora) sua capacidade econômica.

Podemos, pois, considerar que, ao efetivar-se a proibição da entrada de novos escravos em território nacional, o tráfico já podia ser dispensado como fator de crescimento da economia.

Tudo que foi exposto até aqui com respeito à extinção do tráfico resulta de uma suspensão no tratamento habitual de estudo do fenômeno, comumente interpretado como mera decorrência do papel da Inglaterra. Essa revisão por sua vez resulta do fato de haveremos repensado o próprio problema das relações entre capitalismo e escravidão, de maneira a estabelecer o sentido e os limites da atividade repressiva inglesa ao tráfico internacional em geral e ao brasileiro em particular. Foi por essa via, aliás, que chegamos a caracterizar o modelo da dinâmica escravista na economia açucareira típica de pós-Revolução Industrial; o que, por sua vez, nos servirá como padrão para aferir a tendência imputável à economia brasileira do açúcar nas conjunturas da extinção do tráfico e da abolição.

No concernente às determinantes profundas do encerramento da importação de escravos, podemos considerar que, por razões estruturais peculiares, a lavoura do Oeste paulista desde cedo definiu uma conduta que criava alternativas potenciais para a fase do amadurecimento, quando à economia escravista típica não resta senão o caminho da especulação em escravos. Assim, é possível perceber por alguns indícios, como a iniciativa colonizadora de Vergueiro, por exemplo, que o emergente setor cafeeiro já bem antes do encerramento do tráfico manifestava um comportamento diferencial que revelava a disposição de distrair excedentes numa direção diversa da escravista.

Em virtude do exposto, podemos aventar a hipótese de uma *correspondência* entre o encerramento do tráfico e o desinteresse profundo da economia do Oeste paulista pela especulação em escravos, à qual esse comércio fornecia a matéria. E também podemos considerar que o fim do tráfico apenas estimula e obriga a efetivar aquelas disposições latentes.

Estabelecida a determinante tópica da extinção do tráfico, cumpre agora compreender as condições concretas em que ela se tornou possível.

O estancamento da importação de escravos tem como premissa a perda de sua importância (também num nível mais imediato) para o crescimento da economia.

De fato, o setor açucareiro, já em fase de amadurecimento, encarava a aquisição de escravos antes em termos de especulação que de atendimento a necessidades produtivas: o Centro-Sul tinha o seu abastecimento de braço garantido pela existência de uma reserva no Norte, disponível para o tráfico interprovincial.

Por outro lado, em tal constelação básica, não é possível identificar interesses *responsáveis* pela medida.

De maneira geral, a extinção do tráfico nas economias açucareiras pode ser teoricamente referida ao interesse dos plantadores mais antigos em valorizar a escravaria de que dispunham – através da procura por parte das áreas mais novas, carentes de braços, uma vez proibida a entrada de novos escravos importados. Mas no Brasil, a economia açucareira, apenas amadurecida, não criara ainda um setor de proprietários desinteressados ou incapazes da própria especulação em escravos, e dispostos a valorizar a escravaria existente pela extinção do tráfico.

Muito menos ao Centro-Sul, que constituía seu quadro de trabalho, pode-se imputar uma atitude favorável ao encerramento da importação de mão-de-obra.

Para o Norte, que já iniciava a venda de braços a outras partes do país, a proibição da entrada de novos escravos no território nacional, elevando o preço daqueles de que prescindiam, devia, é certo, tornar mais remunerador o atendimento a essa disposição já presente. Mas ao manifesto empobrecimento da área em decadência correspondiam limitadas condições para impor seus interesses aos demais setores.

Na verdade, o fim do tráfico, acarretando a valorização da grande escravaria acumulada, não se apresentava como uma medida tão intolérável à área açucareira. Tal consideração, porém, simplesmente nos permite perceber que a extinção do tráfico, *uma vez consumada*, não tendia a provocar considerável resistência – permanecendo de pé o fato de que a medida *antecede* a emergência, no setor açucareiro, das condições críticas que provavelmente acabariam conduzindo à sua solicitação.

Analogamente, a lembrança de que a extinção do tráfico é, num sentido profundo, função da estrutura da área cafeeira (respondendo e estimulando sua reorientação econômica) não altera o fato de que, no imediato, os fazendeiros da área tendem a comportar-se essencialmente no papel de consumidores de uma mão-de-obra que não desejam tornar escassa.

Isto posto, persiste a procura da resposta ao problema de *como foi politicamente* possível a extinção do tráfico. Tentaremos resolvê-lo através da exposição que se segue.

Uma vez consolidada a Independência, o Brasil é solicitado pela Inglaterra a concordar com a assinatura de um tratado que estipulasse um prazo curto para o encerramento do tráfico negreiro.

Reaberto o Legislativo em 1826, a Câmara procura criar os recursos que permitissem ao país – alegando a tramitação de providências nacionais sobre a matéria – evitar a ingerência inglesa na questão do tráfico brasileiro.

Nesse sentido é apresentado um projeto proibindo a entrada de escravos dentro do prazo de quatorze anos. A comissão de legislação encarregada de estudá-lo diminui esse prazo para seis anos, de forma a tornar a proposta mais aceitável para a Inglaterra. Invocando a existência desse projeto, o governo imperial procurará demonstrar aos britânicos a inconveniência e a superfluidade do prosseguimento das negociações sobre o comércio negreiro – mas não logrará evitar a assinatura e posterior ratificação de um tratado.

Pelo artigo 1º da convenção anglo-brasileira, três anos depois da troca de ratificações, o tráfico nacional se tornaria ilícito, sendo considerado pirataria. Pelos demais artigos, o Brasil concordava em ter em vigor o disposto

nos tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817, isto é, o tráfico seria proibido, desde logo, acima do Equador; aceitava-se o direito de visita e busca em tempo de paz; instituíam-se duas comissões mistas (em Serra Leoa e no Rio de Janeiro) encarregadas de julgar sobre os apresamentos e garantir a liberdade dos africanos apreendidos.

Sendo o ajuste ratificado a 13 de março de 1827, o tráfico brasileiro se tornaria ilícito a partir de 13 de março de 1830. Um artigo adicional fixava para essa convenção o prazo de quinze anos, contados a partir dessa última data – caso as partes não chegassem antes disso a um novo entendimento.

Cientificada oficialmente sobre a ratificação, a Câmara condena a diplomacia imperial, argüindo-a por aceder a compromissos lesivos ao país, com respeito a um problema que já fora levantado pelo legislativo brasileiro. Consignando o seu protesto, recusa-se a tomar deliberação a respeito do tratado, cuja validade, entretanto, não discute, face ao inciso VIII do artigo 102 da Constituição, que autorizava a firmar convênios dessa ordem antes de levados ao conhecimento da Assembléia Geral.

Uma vez expirado, em 1830, o prazo do tráfico lícito, a Inglaterra passa a solicitar do governo imperial a assinatura de artigos adicionais ao tratado de 1826, de forma a permitir a apreensão de navios que, mesmo sem a presença de africanos a bordo, manifestassem indícios de havê-los conduzido (cláusulas de equipamentos). O Brasil, por sua parte, insistia nos pedidos de indenização referentes a apresamentos de legitimidade controvertida, reclamando ainda contra as decisões tomadas em Serra Leoa antes da chegada dos integrantes brasileiros da comissão mista.

A pressão inglesa, porém, se defrontará com a possibilidade de resistência institucional, aberta pela aplicação do artigo 20, da lei regencial de 14 de junho de 1831. Com efeito, esse artigo negava à Regência o direito de ratificar tratados de governo a governo, sem aprovação prévia da Assembléia Geral. Dessa maneira, criava-se um recurso capaz de corrigir a maior vulnerabilidade do Executivo à pressão para ampliar os compromissos internacionais no concernente ao tráfico.

No mesmo ano de 1831 (7 de novembro) era promulgada, sobre projeto do senador Marquês de Barbacena, a primeira lei nacional proibindo-o. Dessa forma, sancionava-se indiretamente a introdução ilegal de escravos

operada no período compreendido entre 13 de março de 1830 (quando se encerrara o tráfico ilícito) e a data da promulgação da lei.

Por esse ato eram cominadas severas penas aos importadores de escravos, considerados como tais (artigo 3º) tanto os que os vendessem e transportassem, como os compradores (fazendeiros). Entretanto, mantendo a forma de julgamento por júri, a lei garantia a impunidade das infrações. Criava-se, assim, um instrumento legal que, sem afetar o tráfico, podia contudo ser invocado como argumento para evitar-se que se ampliasse o tratado anglo-brasileiro.

Pelo artigo 2º estabelecia-se que a reexportação dos africanos apreendidos se faria às custas dos importadores, e, para torná-la efetiva, o governo imperial contrataria com as autoridades africanas um território para esse fim. Como, porém, tanto pela forma de julgamento como porque, dada a organização do contrabando, dificilmente a introdução de escravos apreendidos podia ser imputada a pessoas capazes de pagar as multas necessárias, o item sobre a reexportação tendia a tornar-se letra morta.

Como recurso para administrar essa população de africanos emancipados, o governo permite, por um Aviso de 29 de outubro de 1834, a sua distribuição para o serviço público e de particulares, no município da Corte. No ano seguinte, por Aviso de 19 de novembro de 1835, a distribuição dos africanos livres é estendida ao interior, onde a menor possibilidade de vigilância por parte do governo acabaria facilitando a reescravização.

Ao mesmo tempo em que, tanto pelo artigo 20 da lei da Regência como pela lei de 7 de novembro de 1831, estruturava-se institucionalmente a defesa do *status quo* escravista, a conjuntura política – resultante de uma luta antiabsolutista – estimulava manifestações doutrinárias contra o tráfico, das quais se faz porta-voz um líder proeminente como Evaristo da Veiga.

Nesse contexto, a lei de 7 de novembro de 1831 – que se revelaria inócua – é interpretada como uma satisfação à opinião liberal. E dentro desse espírito o decreto de 12 de abril de 1832, que regulamentava a execução da lei, porá (embora teoricamente) em risco o tráfico, ao possibilitar, por exemplo, ao intendente geral da polícia ou aos juízes de paz verificar a época da entrada dos escravos no país, com base no conhecimento lingüístico por eles demonstrados (artigo 9º).

Paralelamente, vinha se intensificando a pressão inglesa no sentido da assinatura da cláusula de equipamentos.

A fim de criar dificuldades que obrigassem o Brasil a essa concessão, a Inglaterra alegara, inicialmente, que o disposto na lei de 1831 sobre a reexportação dos africanos não era conforme ao tratado anglo-brasileiro, cuja interpretação correta implicaria garantir a liberdade dos emancipados no país. Em seguida, porém, aceitara a proposta, desde que os emancipados fossem que enviados para a Libéria, Serra Leoa ou para terras que o Brasil adquirisse nas possessões portuguesas da África. Era notório, porém, que a reexportação era impraticável, por envolver verbas governamentais consideráveis.

Ao mesmo tempo, a Inglaterra denunciavam o governo brasileiro por não zelar convenientemente pela manutenção da liberdade dos emancipados.

Em 1834, durante a gestão Aureliano Coutinho no Ministério dos Negócios Estrangeiros, o governo imperial se inclina por fim a conceder os artigos adicionais requeridos. Com esse intuito, numa tentativa de criar no Legislativo nacional um precedente legitimador para a medida com a qual o Brasil se comprometeria no plano internacional, o governo faz aprovar no Senado um projeto determinando a pesquisa de indícios.

Substituído o ministério, o novo ocupante da pasta de Estrangeiros, Manuel Alves Branco, prossegue as negociações.

A possibilidade de resistência diplomática do Brasil era bastante limitada, uma vez que, no contexto da crise política espanhola, vinculada ao processo de reconstitucionalização aberto com a morte de Fernando VII (1833), a Inglaterra estava em vias de obter a assinatura ter ratificação de um tratado consignando a pesquisa de indícios para reprimir o tráfico cubano.

Como reforço tático do governo ante o Parlamento, Alves Branco tenta incluir na matéria discutida com a Inglaterra dois tópicos: um, pelo qual o governo inglês se obrigaria a pagar a indenização sobre más presas, que vinha sendo solicitada pelo Brasil; e outro segundo o qual aceitaria em Serra Leoa os africanos apreendidos no Brasil. Esses pontos são, porém, rejeitados pela Inglaterra, efetuando-se a assinatura dos artigos adicionais na forma por ela requerida, em 27 de julho de 1835.

Quando já iam avançadas as negociações, o projeto aprovado no Senado no ano anterior é posto em pauta na Câmara, que se manifesta contrária aos seus termos. A discussão prossegue depois de já assinados os artigos adicionais, e Bernardo Pereira de Vasconcelos, opondo-se a qualquer restrição ao tráfico, propõe uma emenda revogando a própria lei de 7 de novembro de 1831.

Ficavam, pois, os artigos adicionais assinados sem perspectiva de serem aprovados pela Câmara, o que era indispensável para sua ratificação, nos termos do artigo 20 da lei de 14 de julho de 1831.

Durante a gestão Feijó, o Brasil, interessado em que a Inglaterra lhe concedesse a elevação dos direitos para determinadas manufaturas, dispõe-se, em troca, a aceitar compromissos sobre a questão do tráfico.

Como os artigos adicionais assinados por Alves Branco continuavam na Câmara, sem receber as providências necessárias para sua ratificação, o governo reproduz a tentativa de estabelecer na legislação nacional um precedente, no espírito da cláusula de equipamentos.

Nesse sentido, é aprovado no senado, em 1837, um projeto apresentado pelo Marquês de Barbacena, no qual, ao mesmo tempo, se determinava a pesquisa de indícios (artigo 4º) e se revogava a lei de 7 de novembro de 1831 (artigo 13), sancionando-se, assim, o tráfico ilícito até a data em que a lei fosse promulgada. No artigo 12 determinava-se a mudança na forma de julgamento dos crimes de tráfico, que passavam do foro comum, onde tinham garantida a impunidade, para a alçada dos juízes de direito.

Logo, porém, se revelava a inviabilidade do projeto, que se defrontou com o desinteresse da Câmara. Com efeito, a revogação da lei de 1831 seria inaceitável para a Inglaterra, enquanto os artigos referentes à pesquisa de sinais de tráfico e ao julgamento por juízes de direito (mais independentes porque vitalícios pela Constituição) eram rejeitados pelos traficantes.

Frustrada a ratificação dos artigos adicionais pela resistência da Câmara, a Inglaterra voltar a insistir na denúncia da reescravização dos africanos livres, tendendo a solicitar a abolição das comissões anglo-brasileiras, como preliminar para arrogar-se a incumbência de ocupar-se diretamente da repressão do tráfico brasileiro.

É nessas condições que o gabinete liberal, por meio do ministro de Estrangeiros, Cândido Baptista de Oliveira, subscreve em 22 de julho de 1839 um *memorandum* em que o governo propunha que o apresamento nas costas do Brasil ficasse exclusivamente a cargo dos cruzeiros ingleses, incumbindo-se o governo brasileiro apenas da repressão dentro do país. Preparando esse passo do ministério, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada apresentara na Câmara um projeto no mesmo sentido. Essa proposta significava para o governo imperial a transferência, à Inglaterra, dos problemas ligados à reexportação dos emancipados e à preservação de sua liberdade. Ela representava porém, igualmente, uma ampliação da ingerência inglesa nos negócios brasileiros, o que a tornava altamente impopular. Por esse motivo, a assinatura do *memorandum* é mantida secreta e cercada da máxima reserva.

O advento da Maioridade, que suprime a vigência da lei de 14 de junho de 1831 (a qual, pela aplicação do seu artigo 20, dificultava os ajustes sobre o tráfico), estimula a Inglaterra a insistir em suas pretensões.

Assim, o governo imperial é instado não apenas à ratificação dos artigos adicionais já assinados (para o que, revogada a lei da Regência, se prescindia da aprovação da Câmara), como também ao prosseguimento de negociações dentro do espírito do *memorandum* enviado em 1839 pelo ministro Baptista de Oliveira. Nesse sentido, a Inglaterra propõe ao Brasil a anuência a um convênio pelo qual ficariam abolidas as comissões mistas, resolvendo-se automaticamente o problema da reexportação dos africanos, uma vez que o apresamento competiria ao governo inglês. O ministério da Maioridade se recusa, porém, a aceitar os termos propostos pela Inglaterra, e decide continuar os entendimentos através de um plenipotenciário, encarregado de obter estipulações mais favoráveis ao Brasil.

Durante a gestão do primeiro gabinete conservador do Segundo Reinado, entra no exercício de suas funções o plenipotenciário brasileiro junto à Inglaterra, para a questão do tráfico.

Quanto às negociações que então se iniciam, pretendia a Inglaterra que versassem apenas sobre matéria nova – no caso a extinção das comissões mistas – recusando-se a discutir novamente os artigos adicionais já assinados e cuja ratificação não dependia mais da Câmara.

Tendo já conseguido afastar, pelo menos imediatamente, o risco de um acordo nos termos do *memorandum* de 1839, o ministro do Exterior, Aureliano Coutinho, consulta o gabinete sobre a ratificação dos artigos adicionais, que é repelida. Assim, enquanto o ministério da Maioridade se definira apenas sobre o *memorandum*, o gabinete conservador se recusava à própria ratificação dos artigos adicionados já assinados.

Ao mesmo tempo, o plenipotenciário brasileiro apresentava para discussão uma proposta substitutiva.

No contraprojeto de Lopes Gama era exigida, na pesquisa de indícios, a convergência de um certo número de sinais para que a embarcação pudesse ser condenada como negreira. Igualmente se ressaltava a proteção ao comércio de cabotagem (que se reputava ameaçada pelos artigos assinados em 1835), impedindo-se o apresamento de navios que se dirigissem de um para outro porto do Brasil ou para qualquer outro destino onde não se pudesse fazer o tráfico. Além disso, o anteprojetado fazia uma referência indireta às infrações ao tratado de 1826, propondo a criação de mais duas comissões mistas em Demerara e no Cabo da Boa Esperança, para onde, ao invés de Serra Leoa e Rio de Janeiro, estariam sendo conduzidas as embarcações apresadas pelos cruzeiros britânicos. Como única matéria nova, Lopes Gama propunha que a reexportação dos emancipados ficasse a cargo do governo britânico – o que a Inglaterra só admitiria complementando a extinção das comissões mistas.

Com esse contraprojeto, que o encarregado inglês se recusava a discutir, as negociações atingiam um impasse, uma vez que o Brasil procurava reabrir a questão da cláusula de equipamentos, enquanto a Inglaterra pretendia novas concessões nos termos do *memorandum* de 1839. Para solucionar a dificuldade, e diante do recuo brasileiro na questão dos artigos adicionais, o negociador inglês resolve, por fim, desistir do projeto baseado no *memorandum*, aceitando para base de discussão o contraprojeto de Lopes Gama, com algumas modificações. A essa transigência inglesa segue-se um recuo maior ainda do governo imperial, que declara encerradas as negociações.

Dessa forma, firmava-se nas relações anglo-brasileiras sobre o problema do tráfico um padrão de resistência – sancionado pela responsabilidade

do próprio Aureliano Coutinho, que em 1834 aceitara os entendimentos para a assinatura dos artigos adicionais – que a disputa pela identificação com a sociedade agrária passava a impor a ambos os partidos. Assim, o obstáculo à alteração do *status quo* escravista, que na Regência residira no artigo 20 da lei de 14 de junho de 1831, passava agora a derivar do controle partidário do Executivo.

No governo do segundo gabinete conservador, durante a gestão Paulino de Sousa na pasta de Estrangeiros, a Inglaterra intensifica a pressão para a reabertura das negociações sobre a cláusula de equipamentos, ao mesmo tempo que interpela o Brasil a respeito de conflitos nos quais se viam agravados oficiais e marinheiros de navios britânicos.

Em resposta datada de 11 de janeiro de 1844, o governo imperial responsabiliza a Inglaterra por esses incidentes, que resultariam da indignação pública contra a ação ilegal (pelo disposto na convenção de 1826) que vinha sendo executada por parte dos cruzeiros ingleses em águas territoriais e costas brasileiras. Igualmente, o governo brasileiro formaliza sua disposição de não aceitar os artigos adicionais já assinados, declarando-os ameaçadores à pequena marinha mercante nacional, além de culpar a Inglaterra pela ruptura dos entendimentos sobre o tráfico, a qual é atribuída ao desinteresse inglês pelos termos do contraprojeto de Lopes Gama.

Quando mais tensas se achavam as relações anglo-brasileiras, um desentendimento do presidente do Conselho com o ex-ministro Aureliano Coutinho provoca a retirada do gabinete, que se acompanha da chamada dos liberais ao poder. Dada a identificação dos conservadores com a política de resistência à Inglaterra, a chamada dos seus adversários devia operar, pelo menos momentaneamente, no sentido de diminuir a tensão nos meios diplomáticos.

Tendo provocado a mudança de situação e se aliado ao novo governo, Aureliano Coutinho passa a sofrer, por parte dos conservadores, um acirrado ataque centrado na acusação de anglofilia. Assim, o ex-ministro é recriminado por ter encaminhado em 1834 o ajuste sobre os artigos adicionais à convenção sobre o tráfico, bem como por ter sido, em 1841, o único membro do ministério disposto a aceitar a sua ratificação.

Firmavam-se, pois, no curso do debate político, os padrões que o Partido Liberal deveria adotar tentando neutralizar os títulos já obtidos pelos adversários. Nessas condições, o convênio sobre o tráfico expira em 13 de março de 1845, sem que Ferreira França, ministro de Estrangeiros, deixasse encaminhada a abertura de novos entendimentos sobre a matéria – o que se fazia imprescindível, face à política internacional adotada pela Inglaterra na questão. Dessa forma, também o Partido Liberal patenteava uma diretriz não-intervencionista na esfera do tráfico.

O ministro de Estrangeiros do gabinete seguinte, Limpo de Abreu, defronta-se com uma deterioração mais profunda nas relações anglo-brasileiras, determinada pelas ordens expedidas pelo almirantado inglês aos cruzeiros para continuarem com os apresamentos, não obstante haver expirado o prazo da convenção. Protestando contra o fato, o ministro, ao mesmo tempo, tenta abrir negociações para novo tratado que eliminasse as dificuldades criadas.

Logo, porém, inicia-se na Inglaterra o andamento de um projeto sobre o tráfico brasileiro, transformado em lei em 8 de agosto de 1845, apesar dos protestos do governo imperial.

O *Bill Aberdeen* era, ao mesmo tempo, uma represália ao governo brasileiro por não renovar o tratado que expirara e um meio de coagir o Brasil a aceitar a pesquisa de indícios. Por esse ato, o governo inglês era autorizado a mandar proceder pelo alto tribunal do almirantado, e por qualquer tribunal de vice-almirantado, ao julgamento e adjudicação de embarcações negreiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas em todos os mares pelos navios de Sua Majestade britânica. Medida análoga fora tomada em 1839 contra Portugal (*Bill Palmerston*) e resultara na assinatura de um novo tratado em 1842.

Embora o risco de represálias inglesas dessa ordem já pudesse ser previsto pelo gabinete anterior, a agressividade assumida pelos conservadores não permitia alternativa: a promulgação de *Bill Aberdeen* se insere, pois, no contexto do jogo interpartidário.

Após formular o protesto do governo contra a violação da soberania brasileira, Limpo de Abreu propõe à Inglaterra a abertura de entendimentos para um tratado com vistas a revogar o *Bill Aberdeen*. Para esse

fim, passa a elaborar um projeto que estipulava, na pesquisa de indícios, condições que o governo imperial já reputara aceitáveis para o Brasil (incluindo-as na proposta de Lopes Gama) e que, portanto, não seriam interpretadas como resultantes de imposição inglesa. Outro dos itens se referia ao pagamento das indenizações devidas aos súditos do Império, por apresamentos que o governo imperial considerava injustificados.

O plano do ministro de Estrangeiros encontra, porém, a resistência dos demais membros do gabinete, uma vez que qualquer acordo aceito na vigência do *Bill Aberdeen* sujeitava o Partido Liberal à pecha de ter-se submetido à coação inglesa.

Nessas condições, o projeto Limpo de Abreu é enviado a Londres sob sua responsabilidade exclusiva, ressalvado o governo imperial. Informado da existência do projeto, o governo inglês, embora discordando dos seus termos, deixa transparecer o intuito de aceitá-lo como base para discussão. Por sua vez, Limpo de Abreu se dispõe a apresentar ao Legislativo o problema controvertido no gabinete. Seu afastamento da pasta de Estrangeiros frustra, porém, esse propósito.

Dessa forma, por meio da gestão Limpo de Abreu, o governo diminuía provisoriamente a crise anglo-brasileira, sem chegar porém a comprometer-se com a assinatura de um tratado, no caso de dispor-se a Inglaterra a aceitar as condições propostas pelo ministro de Estrangeiros.

O terceiro gabinete liberal da situação inaugurado em 1844 interpreta as restrições inglesas ao projeto Limpo de Abreu como ruptura dos entendimentos iniciados, e se limita a protestar contra a execução do *Bill Aberdeen*.

Durante a gestão do quarto gabinete liberal, a Inglaterra, animada com a presença de Saturnino de Oliveira, irmão de Aureliano Coutinho, na pasta de Estrangeiros, concorda com entendimentos para a revogação do *Bill Aberdeen*. Desta vez, porém, em vista dos precedentes diplomáticos, não se dispunha mais a discutir sobre o projeto brasileiro.

Na proposta inglesa, apresentada em nota de 21 de dezembro de 1847, eram declaradas as circunstâncias que poderiam estabelecer a presunção legal de que o navio se empregava no tráfico, sendo que bastaria uma delas para que pudesse ser detido.

Ora, os negociadores brasileiros insistiam sempre na convergência de um certo número de sinais para que uma embarcação fosse condenada como negreira. Ou seja, às dificuldades dos ajustes na vigência do *Bill Aberdeen* se acresciam as da natureza das estipulações exigidas pela Inglaterra, as mesmas que já vinham sendo repelidas pelo Brasil.

Saturnino de Oliveira não chega a manifestar-se sobre a delicada questão, sendo substituído na pasta por Pimenta Bueno, evitando-se, dessa forma, um parecer que, com Aureliano Coutinho, envolveria mais diretamente a Coroa.

O novo ministro rejeita a proposta inglesa como base para a continuação das negociações, mas não interrompe os entendimentos, anunciando o preparo de dois novos contraprojetos por parte do governo imperial.

No gabinete seguinte, a pasta de Estrangeiros é outra vez ocupada por Limpo de Abreu, identificado com a disposição de admitir acordos na questão do tráfico, mesmo sob a vigência do *Bill Aberdeen*. As novas condições taxativamente impostas pela Inglaterra são, entretanto, também rejeitadas por esse ministro, evidenciando-se de maneira definitiva a inexequibilidade política de um tratado de cláusula de equipamentos com a Inglaterra.

Essa é a situação com que se defronta o sexto gabinete liberal, numa conjuntura em que, ademais, já se tornava clara a perspectiva de mudança da situação política.

Tentando compensar o passivo partidário representado pelo *Bill Aberdeen*, o gabinete se orienta para uma solução alternativa, aceitável para a opinião, ao tratado exigido pela Inglaterra: uma lei nacional determinando a pesquisa de indícios teria a vantagem de satisfazer às reclamações inglesas, contornando, ao mesmo tempo, o óbice da ingerência estrangeira no tráfico brasileiro, implicada numa convenção internacional.

É nessas condições que o gabinete Paula Sousa retoma o projeto Barbacena, de 1837, que consignava a pesquisa de indícios, fazendo-o discutir na Câmara em setembro de 1848.

Depois de emendar o artigo 12, de maneira a manter o julgamento dos crimes de tráfico no foro comum, o ministério promove a rápida passagem de todo o projeto, deixando pendente apenas o artigo 13, que revogava

a lei de 7 de novembro de 1831. Na sessão secreta em que é discutido esse artigo, o governo propõe sua conservação.

O artigo 13, que sancionaria o tráfico ilegal efetuado até essa época, inutilizava a lei como recurso para aliviar a crise anglo-brasileira. Em consequência, como já se podia antecipar, a proposta do gabinete é repelida pela própria maioria, precipitando-se o fim da situação liberal. Assim, sem ter ameaçado decisivamente o tráfico (dado o caráter anódino do projeto, depois de emendado), o Partido Liberal criava, para o período de descenso, um programa reivindicatório, em nome da tentativa frustrada de encontrar uma solução para os problemas criados pelo *Bill Aberdeen*.

Derrubado o gabinete, ascendem ao poder os conservadores (29 de setembro de 1848). A mudança política, ocorrida coincidentemente com a apresentação de um projeto de lei sobre o tráfico, assumia, pois, toda a aparência de um recuo da Coroa. Daí resultava um aprofundamento da crise nas relações com a Inglaterra, refletido na operação dos cruzeiros ingleses em águas territoriais brasileiras.

Tendo tido contra si os protestos do tráfico, devido à retomada do projeto de 1837, a disputa no terreno da manutenção do *status quo* só podia ser desvantajosa aos liberais. Em consequência, o Partido Liberal, no ostracismo, passa a responsabilizar a política do ministério pelos agravos à soberania nacional e reivindica o poder em nome do combate à atividade negreira. Desse modo, o Partido Liberal, que competira com o Conservador na defesa do tráfico, inscrevia agora na bandeira partidária a sua repressão.

A existência de um partido disposto a eliminar a principal fonte de dificuldades nacionais criava, por sua vez, para o Partido Conservador, a necessidade de recomendar-se à Coroa para a execução do mesmo programa. Dessa forma, invertiam-se os termos da competição interpartidária, com referência ao problema: a disputa ante o eleitorado, que conduzia à defesa do tráfico, se substituía pela dos favores da Coroa, que apontava para a sua extinção.

O pronunciamento do Partido Liberal contra o tráfico logo se acompanha do propósito do ministério conservador de promover o encaminhamento da questão.

A essa atitude do gabinete, mantida secreta por motivos táticos, segue-se o estudo dos problemas técnicos da futura lei. Com efeito, como não se tratava mais simplesmente de estabelecer a pesquisa de indícios, mas de obter recursos para a efetiva extinção do tráfico, era de importância capital que o julgamento dos infratores se transferisse do foro comum, que lhes garantia a impunidade, para os juízes de direito – como, aliás, constava do projeto Barbacena de 1837. Por outro lado, como não era possível revogar a lei de 1831, tornava-se necessário pôr a salvo a propriedade ilicitamente adquirida do emprego dos recursos pretendidos pelo governo. A solução proposta por Eusébio de Queirós, ministro da Justiça, e que seria consignada na lei de 4 de setembro de 1850, consistirá em combinar a disposição que limitava as atividades repressivas às costas do país com a salvaguarda dos fazendeiros face aos novos recursos legais.

Os introdutores (dono de embarcação, capitão, piloto etc.) seriam os únicos submetidos ao julgamento dos auditores da marinha. Quanto aos fazendeiros porventura atingidos pela apreensão de africanos no interior (nos termos da lei de 1831), continuariam a ser julgados no foro comum. Dada a reconhecida inoperância dessa forma de julgamento, praticamente se garantia aos fazendeiros a propriedade, seja da escravaria ilegalmente introduzida no passado, seja da que se introduzisse no futuro, mas só apreendida depois de internada no país.

Para uma passagem rápida da lei, o gabinete opta pelo projeto de 1837, já em segunda discussão na Câmara.

Reunido o Legislativo, em janeiro de 1850, os ministros da Justiça e dos Negócios Estrangeiros anunciam oficialmente a retomada do projeto de 1837, prometendo a aposição de emendas que, entretanto, não são especificadas.

Dessa maneira persistia a idéia de que, mesmo no caso de promover o governo a passagem de uma lei contra o tráfico, ela conservaria o caráter anódino do texto emendado – o que, por sua vez, estimulava a represália dos cruzeiros ingleses e, concomitantemente, a crítica liberal. A responsabilidade do Partido Conservador na passagem de futura lei diminuía, pois, seja devido à posição ostensiva dos adversários políticos, seja por assumir o caráter de uma medida imposta pela defesa da soberania nacional.

Para facilitar a obtenção dos recursos desejados, Eusébio de Queirós adota o sistema chamado das "carretilhas", desmembrando a proposta apresentada à Câmara em projetos parciais, sucessivamente aprovados, e cujo sentido global permanecia inicialmente oculto.

Nessas condições é promulgado o decreto n. 599, de 28 de junho de 1850, que, por meio de um critério de classificação de comarcas e de remoção de juízes de direito, devia estimular tais magistrados, vitalícios pela Constituição, a identificar-se com as diretrizes administrativas. Em seguida, o governo amplia as funções desses juízes, incumbindo-lhes o julgamento do crime de moeda falsa e de alguns outros, que antes pertenciam ao foro comum (decreto n. 562, de 2 de julho de 1850). Com a atribuição dessas novas tarefas especiais aos juízes de direito, criavam-se os precedentes necessários para a passagem dos crimes de tráfico para a mesma alçada.

Por outro lado, não patenteando os seus objetivos, o governo desorientava a crítica oposicionista, que se via animada a encarar os termos restritos da reforma judiciária como significativos da disposição do gabinete de manter o *status quo*, e passava a atacá-lo nesse ponto. Dessa forma, os liberais, que em 1848 haviam emendado o artigo 12 do projeto de 1837, mantendo o julgamento dos crimes de tráfico no foro comum, viam-se conduzidos a assumir a iniciativa de reivindicar sua transferência para a alçada dos juízes de direito, eximindo os conservadores da responsabilidade em passo tão decisivo.

Ao mesmo tempo, o governo entrava em negociações com o ministro inglês no Brasil (Hudson), notificando-o de seus propósitos no concernente à passagem da lei, e solicitando trégua nas represálias, para que ficasse prestigiada a política do gabinete.

Uma vez obtidos os recursos preliminares necessários, o ministério acelera o encaminhamento da questão no parlamento.

Em 11 de julho é apresentado no Conselho de Estado o parecer, adotado pelo governo, no qual se rejeita a alternativa de um tratado com a Inglaterra e se aconselha a extinção efetiva do tráfico, encarada como necessária e viável. Quase simultaneamente é rejeitado em sessão secreta da Câmara o artigo 13 do projeto, que revogava a lei de 7 de novembro de

1831. Logo em seguida, firmam-se definitivamente os entendimentos entre o ministro de Estrangeiros e o representante inglês, de modo a permitir ao governo anunciar ao mesmo tempo seu intuito de promover a passagem de uma lei contra o tráfico e a cessação das represálias inglesas. No dia 15, por fim, o ministro de Estrangeiros traz o problema oficialmente ante o Legislativo, fazendo do encerramento do tráfico uma questão de gabinete. Desse modo, facilitava-se a tarefa da Câmara conservadora, colocada ante a iminência de uma crise partidária.

A interpelação de um deputado governista, a respeito das medidas que o governo pretendia tomar ante as atividades dos cruzeiros ingleses, fornece o pretexto para a importante exposição de Paulino de Sousa, na Câmara dos Deputados, em 15 de julho de 1850.

Nesse discurso, a extinção do tráfico é apresentada em termos de uma providência necessária para eliminar de vez as circunstâncias que possibilitavam as atividades dos cruzeiros e, portanto, os agravos à soberania brasileira.

Como essa decisão era tomada numa conjuntura em que, uma vez liberado o comércio do açúcar estrangeiro (cultivado por escravos), setores ponderáveis da economia inglesa passavam a manifestar-se contra o prosseguimento da ingerência no tráfico internacional, o ministro argumenta com a provada constância da política exterior inglesa, apesar das flutuações da opinião.

Por outro lado, defendendo o gabinete contra a responsabilização pelo recrudescimento das represálias inglesas, Paulino de Sousa pondera que a atividade dos cruzeiros era mera decorrência do *Bill Aberdeen* que a diplomacia liberal não soubera evitar. Ao mesmo tempo, retira ao Partido Liberal a possibilidade de justificar-se em nome de uma intransigência nacionalista, apontando a assinatura dos artigos adicionais por Alves Branco (1835) e o *memorandum* de Cândido Baptista de Oliveira (1839) como exemplos de assentimento à coação estrangeira. Ressalvado o comportamento do gabinete conservador, os agravos à soberania brasileira são encarados como resultantes, em última análise, da persistência do tráfico ilícito, pela qual podiam ser responsabilizados ambos os partidos nacionais que se revezavam no poder.

Assim, a identificação com o *status quo* do tráfico, que orientava toda a conduta brasileira em ambas as situações políticas, é reavaliada negativamente como fruto de um conceito falso dos interesses da honra nacional, que, ao contrário, apontavam para o cumprimento das obrigações assumidas em 1826. Mas, pelo próprio fato dessa reavaliação se fazer em vista da honra patriótica, a assinatura dos artigos adicionais e o *memorandum* de 1839 permaneciam no passivo do Partido Liberal, enquanto a intransigência do Partido Conservador – embora canalizada anteriormente para objetivo errôneo – se apresentava como garantia para uma solução condizente com a altivez nacional.

A essa manifestação seguem-se as sessões secretas para a passagem do projeto, transformado em lei em 4 de setembro de 1850.

Promulgado o ato, o gabinete começa a promover a efetiva extinção do tráfico, sob a vigilância do partido adversário.

A Inglaterra, por sua vez, procura de formas diversas associar-se à execução da lei. Nesse sentido, retoma a questão dos africanos livres, apresentando um oferecimento para reexportá-los em navios britânicos. Essa proposta é, porém, repelida pelo Brasil, como aliás já se poderia antecipar, dadas as possibilidades que abriria à ampliação da ingerência inglesa.

Com o mesmo intuito, a Inglaterra intensifica a conduta agressiva dos cruzeiros, o que provoca as críticas do Partido Liberal à incapacidade do governo para evitar o prosseguimento dos atos ilegais da marinha britânica em águas do Brasil.

Com efeito, a extinção do tráfico brasileiro, sob uma ostensiva vigilância inglesa, além de satisfazer aos interesses coloniais feridos por estender-se à equalização dos direitos ao açúcar estrangeiro, oferecia, na Inglaterra, aos partidários da política exterior tradicional, um título de eficácia com o qual se justificavam diante da nova opinião, que criticava a ação dos cruzeiros como impolítica além de inoperante.

É nessas condições que a diplomacia inglesa passa a apresentar a passagem e a execução da lei brasileira como resultante da atividade dos cruzeiros: os próprios pontos capitais da lei de 1850 (como o referente à forma de julgamento dos crimes de tráfico) teriam sido impostos a Paulino de Sousa pelo ministro inglês.

A extinção efetiva do tráfico obriga, porém, a uma reformulação nas diretrizes britânicas no concernente à atividade repressiva. Assim, na sessão de 4 de junho de 1852, Paulino de Sousa já pode comunicar à Câmara dos Deputados a ordem emitida pelo novo gabinete inglês para que o cruzeiro britânico não aprisionasse mais navio algum no raio de 3 milhas da costa do Brasil.

Resolvidos os principais problemas concernentes ao comércio negreiro, os partidos passam a disputar sobre os seus títulos no promover a lei.

O Partido Liberal invoca a iniciativa de inscrever o combate ao tráfico em sua bandeira, e adota a tese de que a conduta do gabinete conservador teria sido mera decorrência da coação inglesa.

No discurso pronunciado por Eusébio de Queirós, na Câmara, em 16 de julho de 1852, encontra-se consubstanciada a posição conservadora sobre a matéria. Nesse depoimento, o ex-ministro explica o comportamento do gabinete de 29 de setembro, apelando para uma mudança na opinião pública, em virtude do contexto de crise, que incluía o processo de transferência das propriedades agrícolas das mãos dos fazendeiros para as dos traficantes e especuladores. Acentua, ainda, que a atividade dos cruzeiros não apenas não compelia o ministério à repressão do tráfico como, ao contrário, configurando uma situação de constrangimento, representara um óbice na direção pré-traçada. Igualmente, insiste na espontaneidade da ação do gabinete na maneira de conduzir o problema, demonstrando que todas as soluções técnicas afinal adotadas já estavam estabelecidas antes dos entendimentos entre Paulino de Sousa e o ministro inglês. Por outro lado, argüi contra os adversários o fracasso do gabinete liberal de 1848 ante o óbice do artigo 13 do projeto de 1837, bem como a emenda conservando o julgamento no foro comum, o que tornaria a lei anódina.

Assim, através da disputa política, o Partido Conservador transformava em título partidário a extinção do tráfico negreiro.

Do exposto, percebe-se que a extinção do tráfico no Brasil não constitui mera resultante da pressão inglesa.

Com efeito, toda a atividade de coação decorrente do *Bill Aberdeen* objetivava simplesmente (tendo em vista preservar o prestígio diplomático inglês) impor ao Brasil um tratado consignando a pesquisa de indícios –

recurso esse cuja inoperância para afetar o tráfico já se evidenciara no seu emprego para outras potências escravistas, e a cuja concessão o Brasil vinha resistindo por motivos não propriamente econômicos.

Entretanto, ao responder à pressão inglesa no sentido da assinatura de um tratado anódino como os demais, os partidos se verão conduzidos, no curso do jogo político – paradoxalmente travado no terreno da luta pela manutenção do *status quo* escravista –, a superar as expectativas e exigências da Inglaterra, extinguindo de fato e definitivamente o tráfico, que já perdera sua função como fator de crescimento da economia nacional.

Na verdade, a ação repressiva da Inglaterra sobre o tráfico internacional se consubstancia na imposição às potências escravistas da assinatura de sucessivos tratados, cujos termos vão se tornando progressivamente mais exigentes.

Numa primeira fase, que se abre em 1810, a Inglaterra se limita a restringir as áreas do tráfico lícito; subseqüentemente, tende a impor o direito de visita e busca em navios suspeitos de comércio negreiro ilícito, bem como a estipular um prazo para o encerramento do tráfico; por fim, passa a exigir a dispensa da prova da presença efetiva de africanos a bordo, bastando o apoio em evidências indiretas para caracterizar a atividade negreira de um navio.

Essa progressão no rigor formal das cláusulas dos tratados acompanha o aguçamento da crise antilhana, e configura uma política compensatória ostensiva aos interesses coloniais feridos pelo processo livre-cambista (no qual se inserem a abolição e a quebra do monopólio do açúcar antilhano no mercado da metrópole).

Contudo, uma vez que tendia a destruir os entraves monopolistas que lhe impediam a plena exploração do comércio mundial do açúcar, a Inglaterra não visava obstaculizar realmente a expansão das economias escravistas estrangeiras, de que deveria tornar-se a principal beneficiária.

Com efeito, não obstante o estabelecimento de um aparato nos mares, para sustentar o cumprimento dos tratados, a ação repressiva da Inglaterra em nenhuma de suas fases logra por si só mais que obrigar a meros reajustamentos na atividade negreira, sem chegar, entretanto, a afetá-la estatisticamente.

Em resumo, temos que a política repressiva inglesa à época em que o comércio negreiro para o Brasil se encerrou visava exclusivamente à assinatura de um tratado consignando a pesquisa de indícios – cuja inoperância para afetar estatisticamente o tráfico, aliás, já se podia antecipar. Entretanto, essa exigência, em si pequena, assumiu tal relevância que acabou fornecendo o terreno onde encontraria expressão, no plano político, um passo já inscrito estruturalmente, uma vez preenchidas condições determinadas. Ou seja, uma vez amadurecido, o problema do encerramento da especulação em escravos encontra no contexto das relações anglo-brasileiras o conveniente e já preparado quadro que o traz à tona.

Expirado em 1830 o prazo do tráfico lícito (de acordo com um tratado válido até 1845), a Inglaterra passa a instar no sentido da assinatura da cláusula de equipamentos, que o Brasil evita com o recurso representado pelo artigo 20 da lei regencial de 14 de junho de 1831. Com efeito, negando esse artigo à Regência o direito de ratificar tratados de tal ordem de governo a governo sem a aprovação prévia da Assembléia Geral, era certo que qualquer tentativa de restrição ao tráfico negreiro se veria sustada. A vigência da lei regencial se suspende com a Maioridade, voltando a questão para a alçada exclusiva do Executivo. Mas então os dois grandes partidos que se revezavam no controle desse poder já competiam pela identificação com a sociedade agrária, continuando, assim, garantida a preservação do *status quo*. No processo de disputa interpartidária, o tratado vigente expira sem que o governo brasileiro abrisse negociações: a resposta inglesa será o *Bill Aberdeen* que, por sua vez, tornará impraticável para o Brasil qualquer ajuste com a Inglaterra. É então que o Partido Liberal, prestes a deixar o poder, propõe uma solução alternativa (ao mesmo tempo anódina e inviável) para o impasse e, ao ser substituído no governo, inscreve a extinção do tráfico na bandeira partidária. Conduzido a competir no mesmo terreno, o ministério conservador reformulará criticamente a conduta seguida pelo Brasil desde 1826, e configurando em 1850 uma opção em favor da honra nacional e contra o traficante que a espezzinhava, não só promulgará a lei Eusébio de Queirós como de fato suprimirá a entrada de novos escravos no país.

Assim, pois, o jogo partidário desenvolvido no sentido de manter o *status quo* acirra de tal forma a tensão anglo-brasileira que acaba tornando inexecutível a assinatura da cláusula de equipamentos.

Nessa etapa, o compromisso diplomático de 1826 assume o caráter de meta ideal, operando como fator dinâmico, dentro de uma guinada em rumo inverso ao de até então, e pela qual a crise se resolve através da efetiva extinção do tráfico – que nem sequer estava em pauta.

Mas que o jogo político seguisse tal caminho apenas dá expressão (independentemente da consciência dos próprios agentes) às solicitações de uma conjuntura informada pelas determinantes e condições já referidas.

Libertação dos nascituros

Com o fim do comércio negreiro e o conseqüente encerramento da especulação para a qual ele fornecia a matéria, gera-se um desinteresse pelo investimento supérfluo no braço escravo encarecido.

Nessas condições, a lavoura que inicia sua expansão depois da extinção do tráfico passa a desenvolver uma tendência a reservar o braço escravo para as funções essenciais, empregando o trabalho nacional livre nas supletivas.

Igualmente multiplicam-se as tentativas para introduzir colonos europeus, com o pagamento das passagens adiantado pelos fazendeiros. Colocados, porém, em fazendas já organizadas em base escravista, onde recebiam uma remuneração pautada pela rentabilidade do trabalho escravo, originavam-se freqüentes atritos entre proprietários e colonos, que tornavam desvantajoso o sistema.

Em vista disso, a nova lavoura passa a insistir numa solução que lhe permita ao mesmo tempo poupar o investimento em escravos e garantir-se

um braço barato: a entrada em massa do trabalho semi-servil, à custa dos cofres públicos.

Por outro lado, tornada próspera depois de encerrada a especulação em escravos, a nova lavoura tende a empregar excedentes disponíveis na valorização da terra, cedida em parte para estabelecer colônias voltadas também para a agricultura de alimentação. Com a transferência dos colonos para as vilas, em busca das oportunidades econômicas abertas num contexto em que a fazenda deixava de ser auto-suficiente e se aliava ao processo de urbanização, o benefício do fazendeiro passa a advir da proximidade de centros de abastecimento, tornados mais populosos e prósperos.

Enfim, pela redistribuição da renda gerada na lavoura dinamiza-se um germe de mercado interno, ao qual, ao lado de pequenas atividades fabris diversas, logo se vincularia o estabelecimento de uma indústria de tecidos.

É nesse quadro que se insere a passagem da lei emancipadora de 1871.

Sem afetar imediatamente o volume de força de trabalho, a libertação dos nascituros introduzia, entretanto, a longo prazo, um abalo nas bases do sistema escravista. Nessas condições, a medida encontrava a oposição cerrada da lavoura toda, inclusive nos dois extremos de produtividade.

Com efeito, a lavoura cafeeira do Oeste paulista via-se empenhada (e sem vislumbrar qualquer possibilidade alternativa) num processo de progressivo abastecimento de escravos, uma vez que sua solicitação para que se empregassem os recursos públicos na introdução de braço semi-servil ou livre deparava-se com um desinteresse generalizado das demais áreas, exportadoras efetivas ou potenciais de escravos. Por sua vez, o estado de despojamento do Norte e do Nordeste em virtude do tráfico interprovincial não era ainda suficiente para configurar um decréscimo da resistência escravista nesses setores.

Dentro da oposição generalizada da lavoura pode-se perceber, porém, uma diversidade regional, que se revela durante a passagem da medida: a resistência maior partirá do Centro-Sul, enquanto para o Norte-Nordeste, progressivamente exportador, um programa que afetava apenas remotamente o volume da força de trabalho, parecerá menos crucial.

Uma vez promulgada, a reforma servil estimula o despojamento do Norte, privado da perspectiva de orientar-se para a criação de uma reserva de escravos.

Ao mesmo tempo, com a conseqüente depreciação do investimento servil, ganham vulto nas províncias cafeeiras as tentativas para dificultar a corrente de tráfico.

Em São Paulo, a principal província importadora, chega a ser proposta na Assembléia Legislativa Provincial uma taxa de 500\$000 sobre cada novo escravo averbado (1874). Esse imposto, que aliás, dada a prosperidade dos introdutores paulistas, não seria proibitivo, contribuindo apenas para encarecer a produção, é porém rejeitado.

Nesse mesmo contexto de depreciação econômica do escravo, parte dos excedentes dos capitais gerados na próspera lavoura paulista deixa de procurar a agricultura, orientando-se para a alternativa dos negócios ferroviários.

Paralelamente, a província de São Paulo passa a desenvolver um programa de auxílios à introdução de imigrantes.

Pela lei provincial n. 42 de 30 de março de 1871, promulgada durante o encaminhamento da reforma servil, o governo é autorizado a emitir apólices até a quantia de 600:000\$000 para auxiliar o pagamento das passagens de imigrantes, preferentemente do Norte da Europa (área tradicional das experiências imigrantistas), com 20\$000 cada um.

Por um contrato feito pelo governo da província com o geral, obtém-se verba para um auxílio de 100\$000 para o pagamento da passagem de cada imigrante. Pela lei n. 44 de 16 de abril de 1874, a Associação Auxiliadora de Colonização recebia 100:000\$000 para distribuir em parcelas de 20\$000 que, somadas com os 100\$000 concedidos pelo governo geral, cobririam a despesa com o transporte do colono. Dessa forma, o Estado passava a subvencionar inteiramente a entrada de um pequeno contingente de imigrantes.

Os quadros restritos dessa política imigrantista são rompidos, porém, pela lavoura mais nova do Oeste da Província de São Paulo, que, desenvolvida depois da lei de 1871 (quando decresce o interesse pelo investimento em escravos), tenderá a organizar-se na base do trabalho imigrante.

Assim, ainda no período que antecede a libertação dos nascituros, verificamos no Oeste paulista uma conduta econômica característica e que se evidenciaria: na tendência a utilizar o braço escravo apenas para as funções essenciais da lavoura; no emprego de excedentes de capital na valorização da terra, cedida em parte para a criação de colônias voltadas para a agricultura de alimentação; na aliança e estímulo à incipiente urbanização da área etc. São sinais que revelam toda uma disposição da economia para criar padrões novos de riqueza e diferenciar-se internamente num sentido que apresenta coerência com a posterior incorporação de um trabalhador-consumidor. A libertação dos nascituros pode pois ser interpretada como um golpe desferido na escravidão, depois de avançada a tarefa desta com respeito ao crescimento da economia em complexidade.

Com efeito, a libertação dos nascituros eliminou a possibilidade de virem a transformar-se as províncias exportadoras de escravos em criadoras (a exemplo dos *breeding-states* norte-americanos); e, de maneira geral, embora não afetasse momentaneamente o volume da força de trabalho disponível, tornou menor a reserva de mão-de-obra escrava por ocasião da abolição – e, portanto, também menor a soma de interesses a serem defendidos pela resistência escravista.

Além disso, podemos considerar que a depreciação fundamental introduzida na propriedade escrava, num contexto em que a instituição era teoricamente condenada a longo prazo, terá estimulado o setor mais novo da lavoura de São Paulo a descobrir sua orientação característica, à qual o processo econômico inclusivo conferia viabilidade.

À libertação dos nascituros opõe-se com veemência a lavoura toda nos vários níveis de produtividade.

Na área cafeeira do Oeste, a medida, uma vez promulgada, determinará, é certo, uma fecunda reorientação de excedentes de capital no sentido do setor não-agrário – o ferroviário, por exemplo – operando-se, pois, já de forma imediata, uma vantajosa dinamização de sua atividade econômica. Entretanto, achando-se a lavoura do Oeste paulista empenhada num processo de progressivo abastecimento de escravos, será justamente dos fazendeiros dessa área que advirá, como vimos, a maior resistência à proposta.

Procuraremos, através da exposição que se segue, verificar como a passagem da lei se concretizou no plano político.

Uma vez efetivada a extinção do tráfico, o governo imperial passara a empreender algumas medidas complementares.

O artigo 6º da lei de 4 de setembro de 1850 colocara sob tutela obrigatória do Estado os novos africanos apreendidos, proibindo a concessão de seus serviços a particulares, de modo a diminuir o risco de reescravizá-los. O decreto de 28 de dezembro de 1853 tornará emancipados, depois de quatorze anos de serviço, os africanos apreendidos e distribuídos a particulares antes da lei de 1850.

Ao mesmo tempo, a administração se equipava com recursos para reprimir as últimas tentativas de introduzir escravos no país. Pela lei de 6 de maio de 1854, era ampliada a competência dos auditores de marinha com autorização para processar os réus mencionados no artigo 3º da lei de 4 de setembro de 1850, mesmo posteriormente ao ato de desembarque, não importando a distância da costa em que carga ou infratores fossem encontrados.

Resolvida a questão do tráfico negreiro, nem por isso se encerra o debate anglo-brasileiro sobre a matéria, agora centrado no problema dos africanos apreendidos e distribuídos dentro do país, desde que a introdução de escravos se tornara ilícita.

A denúncia da situação dos africanos livres, na verdade eivada de irregularidades, além de oferecer à Inglaterra um conteúdo para a política exterior imposta pela crise colonial, passava também a ser utilizada – à revelia da finança inglesa – como instrumento coercitivo sobre o Brasil, em favor dos interesses tradicionais (comércio e indústria), feridos pela orientação econômica brasileira para a órbita norte-americana.

Em 1857 abrem-se as negociações anglo-brasileiras no sentido de firmar-se uma convenção para o acerto das reclamações pendentes entre ambos os países. O ajuste é assinado em 2 de junho de 1858 e em 1860 iniciam-se os trabalhos da comissão mista, cuja decisão final deveria ser apresentada no prazo de dois anos.

As reivindicações inglesas diziam respeito à compensação por perdas sofridas durante a crise da Independência e o período de instabilidade

nacional que se sucedera. Os protestos brasileiros referiam-se, principalmente, às sentenças iniciais da comissão mista de Serra Leoa e aos apresamentos efetuados em virtude do *Bill Aberdeen*, pontos sobre os quais a Inglaterra já manifestara seu propósito de não revê-los. Nessas circunstâncias, o prazo da comissão expira em 1862, sem que se chegasse a qualquer resultado. Esse fracasso acompanha-se de um acirramento da crise anglo-brasileira, que conduzirá ao rompimento das relações diplomáticas em 1863.

Nesse quadro de progressiva deterioração nos entendimentos entre os dois países (que culmina durante a permanência de Christie no Brasil) a situação dos africanos livres e os termos do decreto de 28 de dezembro de 1853 são freqüentemente denunciados pela Inglaterra. Com efeito, esse decreto, além de sancionar a protelação da liberdade dos africanos legalmente emancipados a partir do julgamento do navio negreiro, silenciava sobre os africanos livres empregados nos serviços públicos. Além disso, subordinando a emancipação ao requerimento do interessado, o cumprimento do decreto de 1853 se via, na prática, cercado de dificuldades diversas, reduzindo-se portanto inclusive o seu limitado alcance.

Paralelamente, ganhava corpo uma opinião receptiva à propaganda do abolicionismo europeu e americano, cujas sugestões eram reinterpretadas no sentido da emancipação gradual. Essa ordem de idéias seria mais tarde sistematizada nos escritos histórico-jurídicos de Perdigão Malheiro.

Por sua vez, os termos extremamente vulneráveis em que era regulada, pelas leis nacionais, a situação dos africanos livres, tendiam a transformá-la em alvo precípua para a combatividade da opinião emancipadora. Dessa forma, com a vigência do decreto de 1853, a crítica (nacional e inglesa) do escravismo brasileiro era mantida no terreno de uma questão remanescente dos problemas do tráfico.

Por fim, em 1864 (pelo decreto n. 3310, de 24 de setembro) é concedida a emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, a serviço do Estado ou de particulares. Esse passo, que permitia à opinião progredir na suas reivindicações, prenunciava novas iniciativas da Coroa. Com efeito, logo no ano seguinte, Pimenta Bueno é encarregado pelo Imperador de estudar o problema da reforma servil.

Nessa oportunidade tramitavam no Legislativo dois projetos de cunho emancipador, de autoria do senador Silveira da Motta.

No primeiro, apresentado já em junho de 1860, proibiam-se as vendas de escravos debaixo de pregão e exposição pública; ficava vedado separarem-se os cônjuges escravos em todas as vendas; estabelecia-se um limite de idade para afastar pais de filhos; e facilitava-se a outorga de cartas de alforria aos escravos inventariados que exibissem, à vista, o preço em que fossem judicialmente avaliados.

Aprovada com emendas no Senado em maio de 1862, a proposta vê, entretanto, sua tramitação travada na Câmara.

No início de 1864, Silveira da Motta propusera que se abolissem os chamados escravos da nação e se proibisse propriedade escrava aos conventos religiosos. Logo em seguida, fora retomado, na Câmara, o projeto sobre a venda de escravos em hasta pública, o qual, depois de um debate de tom predominantemente antiemancipador, passara à Comissão de Justiça Civil.

Desincumbindo-se da tarefa, Pimenta Bueno apresenta ao Imperador, durante o período da administração Olinda, cinco projetos referentes à reforma servil. O primeiro concedia a liberdade aos nascituros; o segundo criava o fundo de emancipação, e estabelecia o pecúlio e a alforria forçada, uma vez pago o valor do escravo; o terceiro ordenava a matrícula da escravatura; o quarto emancipava os escravos da nação; o quinto tratava da libertação gradual dos de propriedade dos conventos. Os dois últimos tinham antecedentes no projeto de Silveira da Motta, apresentado ao Senado em 1864.

Disposta a promover a reforma servil, a Coroa passa a prestigiar com seu interesse toda a atividade filantrópica emancipadora. O gesto da ordem religiosa dos beneditinos, que declarava livres os filhos de suas escravas, dá ao Imperador a oportunidade de – através de manifestações de louvor – externar claramente seu ponto de vista sobre a matéria.

É nesse contexto que ganha relevo a mensagem que os próceres do abolicionismo europeu, integrantes da Junta Francesa de Emancipação, enviam ao Imperador, incitando-o a resolver o problema.

Tal é o quadro em que se constitui o gabinete progressista de 3 de agosto de 1866.

A mensagem da Junta de Emancipação é respondida pelo Brasil, logo no início da administração Zacarias, assegurando o ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrada aos missivistas que “a emancipação dos escravos, conseqüência necessária da abolição do tráfico” não passava “de uma questão de forma e de oportunidade” e que o governo brasileiro só não se ocupava dela devido a dificuldades decorrentes da Guerra do Paraguai, então em curso.

Essa carta, que indicava propósitos emancipadores por parte do governo e criava um comprometimento para o Brasil ante a opinião internacional, foi mantida secreta, sendo conhecida apenas depois de divulgada na Europa. Com esse ato, que lhe acarretaria graves riscos políticos se propalado imediatamente, o gabinete provava, ante a Coroa, seu intuito de encaminhar a reforma servil.

Justificando-se com o estado de guerra, o governo decreta, em 6 de novembro de 1866, a liberdade gratuita dos escravos da nação que pudessem servir no Exército. Ao mesmo tempo, o imperador animava com prêmios honoríficos a alforria, para o mesmo fim, de escravos de propriedade de particulares, patenteando assim, mais uma vez, seu interesse pela emancipação.

Estabelecido, ante a Coroa, seu intento de promover a reforma, o gabinete Zacarias preside às eleições de 1867, e constitui uma Câmara estritamente ministerial.

Depois de submeter os projetos de Pimenta Bueno ao Conselho de Estado, o governo nomeia uma comissão composta de Nabuco de Araújo, Salles Torres-Homem e Sousa Franco para, com um a assistência de Pimenta Bueno, elaborarem a proposta a ser apresentada à Câmara. A esses passos segue-se a inserção, na fala do trono de 22 de maio de 1867, de um tópico referente à reforma servil.

A cobertura de uma sólida maioria parlamentar permitia ao ministério enfrentar o volume dos protestos que suscitaria o lançamento da medida na arena política. Quanto à apresentação do projeto, segundo testemunho formal do presidente do Conselho em maio do ano seguinte, devia aguardar o restabelecimento da paz externa.

Em 1868, contudo, após um incidente entre o ministério e a Coroa, a situação política é substituída (não obstante a sua ampla base parlamentar), com a ascensão dos conservadores ao governo.

Tendo o Partido Conservador se comportado na oposição como portavoz da resistência à reforma servil, a formação do gabinete Itaboraí tomava toda a aparência de um recuo da Coroa na questão.

Em conseqüência, operava-se um acirramento na opinião emancipadora, desde que o encaminhamento da reforma, uma vez levantado o problema na arena política, se afigurava irreversível.

É nessas circunstâncias que o novo Partido Liberal, que então se estrutura, inclui a emancipação entre as reformas preconizadas no seu programa.

Como uma tentativa conciliatória, a fim de sustar o encaminhamento político, já acelerado, da liberdade dos nascituros, o gabinete Itaboraí promove a passagem do projeto Silveira da Motta sobre as vendas de escravos em leilão, o qual, remetido em 1864 à Comissão de Justiça Civil, até então não encontrara oportunidade de encaminhamento parlamentar. Retomando-o, a Comissão de 1869 recomenda-o calorosamente e, depois de rápida discussão, o projeto é transformado em lei em 15 de setembro de 1869.

Dessa forma, enquanto o Partido Liberal, aspirante ao poder, adotava o programa da Coroa, seu adversário passava a representar a tendência da sociedade a preservar o *status quo* escravista.

Uma vez, porém, que o governo se achava parlamentarmente forte, criava-se para o Partido Conservador a contingência de redefinir-se, sob pena de se ver preterido na simpatia da Coroa. A constituição de uma Câmara ministerial por Itaboraí transformava-se, pois, em recurso para o encaminhamento da reforma.

Essa duplicidade de alvos dentro do Partido Conservador conduz à cisão partidária, uma vez finda a Guerra do Paraguai, a cujo término já havia sido condicionada, em 1868, a promoção da reforma.

No conflito, a posição da dissidência partidária se fundamentará no fato de já ter sido a questão anteriormente levantada pela situação política substituída, o que permitia ao Partido Conservador apresentar-se ante o eleitorado como o executor de uma medida inevitável, cuja adoção

não significava, portanto, desvio na tendência a manter o *status quo* escravista.

A nova linha dentro do partido, contrária à seguida por Itaboraí, passa a repercutir inclusive no seio do gabinete. Assim, por exemplo, o Barão de S. Lourenço, presidente da província da Bahia e amigo político do ministro da Justiça, estimula a emancipação no seu relatório à Assembléia provincial.

Tornada, pois, insustentável a permanência do ministério do ponto de vista partidário, articula-se uma dissidência parlamentar para precipitar sua retirada. Dada a identificação do gabinete com o escravismo, a dissidência vê-se impelida a travar batalha no terreno da reforma servil, sendo assim conduzida a assumir a responsabilidade ativa de um programa nesse sentido.

Em maio de 1870, o deputado conservador Teixeira Júnior interpelava o governo, adiantando, ao mesmo tempo, que a indecisão do ministério, bem como as divergências que se insinuava haver entre o seu ponto de vista e o da Coroa, o incompatibilizavam para executar a reforma. Em resposta, o presidente do Conselho transferia para a Câmara a iniciativa no caso.

Dias depois dessa interpelação, Teixeira Júnior fundamentava um requerimento para que se indicasse uma comissão especial da Câmara a fim de manifestar-se, com urgência, sobre o problema do elemento servil. Uma vez eleita, a comissão apresentava, em 16 de agosto, o seu parecer, acompanhado de um projeto contendo medidas análogas às propostas por Pimenta Bueno.

Essa agressividade da dissidência parlamentar impelia definitivamente o Partido Conservador para a reforma, condenando em conseqüência o gabinete Itaboraí. Enfraquecendo mais ainda a posição do ministério, José Maria da Silva Paranhos, ministro de Estrangeiros, em resposta a uma interpelação no Senado, no mês seguinte atribuía ao gabinete a disposição de encaminhar o problema.

Tendo estado ausente da cena política nacional durante quase toda a gestão Itaboraí, Paranhos não podia ser vinculado à dissidência da Câmara, marcada pelo radicalismo dos seus métodos. Além disso, dada sua

escassa colaboração com o gabinete no âmbito da política interna, sua atitude não chegava a representar uma defecção, mantendo-se intacto seu prestígio para assumir liderança dentro do partido, a fim de conduzi-lo à reforma.

Ao pronunciamento de Paranhos segue-se ainda uma tentativa do gabinete para protelar o debate sobre a libertação do ventre escravo, pondo em pauta na Câmara uma proposta relativa à alforria dos escravos na nação a serviço da Coroa.

Verberando o caráter limitado da medida, o deputado Teixeira Júnior denuncia divergirem a linha geral seguida pelo gabinete e as afirmações de Paranhos, e requer a votação da preferência entre esse projeto e o da comissão especial. Levantada a questão de gabinete por Paulino de Sousa (filho), ministro do Império, a votação nominal dá vitória ao governo, que, entretanto, sai enfraquecido do debate.

Dias após, os liberais apresentam, no Senado, durante a discussão do orçamento, um aditivo autorizando o governo a aplicar a quantia de mil contos de réis à alforria de escravos. Fundamentando-o, o senador liberal Nabuco de Araújo, depois de aludir à reforma recém-efetuada em Cuba, hipoteca o apoio do Partido Liberal ao projeto da comissão especial da Câmara.

Ao estabelecimento da aliança entre os liberais e a dissidência conservadora, no terreno da reforma servil, segue-se logo a substituição do gabinete Itaboraí.

O novo gabinete conservador, presidido por Pimenta Bueno (visconde de São Vicente), autor dos projetos iniciais, e do qual faz parte também Teixeira Júnior, líder da dissidência parlamentar, é substituído em 7 de março de 1871, após curtíssima gestão.

Com a liquidação do ministério Pimenta Bueno-Teixeira Júnior, ficava ostensivamente demonstrado o desinteresse do Partido Conservador pela sorte dos emancipadores, facilitando-se assim sua conversão à reforma, em novas bases.

Organizado o terceiro gabinete conservador, presidido por Paranhos (visconde do Rio Branco), a pasta da Justiça é ocupada por Sayão Lobato, anteriormente notório defensor da resistência escravista: a passagem da reforma assumia, pois, um caráter de contingência partidária.

Logo na primeira fala do trono já era recomendada, entre outras, a reforma servil.

Em seguida, apresentava-se à Câmara a proposta emancipadora do governo: abandonando o projeto já elaborado pela comissão parlamentar, o ministério desenvolvia um novo recurso para facilitar a tarefa política da conversão do partido, evitando qualquer compromisso com a dissidência de 1870 que, contudo, continuava a apoiá-lo.

A viagem do Imperador ao estrangeiro garantia o pronunciamento do presidente do Conselho de que não pretendia dissolver a Câmara em caso de insucesso, tendo provavelmente em vista os riscos de perturbação da ordem pública se fossem travadas eleições em nome da emancipação. A derrota de Rio Branco significava, porém, depois dos precedentes, a queda da situação conservadora, e essa perspectiva, colocada ante uma Câmara cuja eleição não se fizera no terreno da reforma servil, tendia a possibilitar o êxito da tarefa do governo.

Por outro lado, uma vez que a ascensão dos liberais, obrigados a compor uma nova Câmara, não propiciaria condições ao sucesso de um programa emancipador, toda a responsabilidade da passagem da lei recaía sobre o partido no poder – donde a grande resistência parlamentar intrapartidária encontrada por Rio Branco.

À medida que o debate se acirrava, os adversários da reforma, abandonando o tom antiemancipador, passavam a propor soluções alternativas, tentando protelar o andamento da proposta do governo para além do encerramento da sessão legislativa (30 de setembro) – o que aniquilaria suas possibilidades de aprovação. É nesse contexto que a lavoura manifesta sua concordância com o emancipador Cristiano Ottoni, que defendia um sistema diverso do adotado pelo governo; com o mesmo sentido de retardamento dos debates, a resistência à reforma passa a focalizar as deficiências técnicas do projeto.

Obtida por fim a passagem da proposta na Câmara, o governo promove, com o apoio dos liberais interessados em liquidar o problema, sua rápida tramitação no Senado.

Refletindo a importância política do projeto, o Senado adota uma posição radical, expressa no discurso em que Salles Torres-Homem verbera a

“pirataria exercida à roda dos berços, nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas imediatas de um povo cristão”.

Faltando já poucos dias para o encerramento dos trabalhos legislativos, Nabuco de Araújo apela para que o Senado prescindia de apresentar emendas, pois exigiriam a volta do projeto à Câmara – o que redundaria em rejeitá-lo. À atitude desse chefe liberal seguem-se a aprovação do projeto e sua sanção pela Princesa Regente.

Pelo artigo 1º da lei de 28 de setembro de 1871, eram declarados livres os filhos de mulher escrava, nascidos no Império desde a data da lei.

Esses ingênuos ficariam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, que teriam a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Depois dessa idade, o senhor poderia optar entre receber do Estado a indenização de 600\$000, paga em títulos de renda com juro anual de 6%, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos (artigo 1º, § 1º).

Pelo artigo 3º criava-se um fundo de emancipação constituído pela taxa sobre escravos e outros recursos, para ser aplicado ao resgate no valor do escravo.

Pelo artigo 4º era permitida ao escravo a formação de um pecúlio resultante de doações, legados e heranças, e também daquilo que, por consentimento do senhor, obtivesse com seu trabalho e economias. Se o escravo, por meio de seu pecúlio, conseguisse recursos para indenizar o proprietário, teria direito à alforria (artigo 4º, § 2º). Era-lhe ainda permitido, em favor de sua liberdade, contratar com terceiros a prestação de futuros serviços por tempo não excedente a sete anos, mediante o consentimento do senhor e a aprovação do juiz de órfãos (artigo 4º, § 3º).

Eram declarados libertos os escravos pertencentes à nação (artigo 6º, § 1º), os dados em usufruto à Coroa (§ 2º), bem como os das heranças vagas (§ 3º).

Como providência preliminar para o controle da execução da lei, o artigo 8º determinava a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império. Os que não fossem levados à matrícula até um ano depois do encerramento desta, seriam considerados libertos (artigo 8º, § 2º).

Uma vez resolvida a questão da reforma servil, irrompe o conflito, antes represado, entre a resistência escravista e o gabinete emancipador,

culminando numa votação da Câmara contra o governo (1872). Dessa forma, através da cisão partidária, o Partido Conservador ao mesmo tempo atendia à Coroa e expressava seu intento de preservar o *status quo* escravista.

Ante a luta intrapartidária, a Coroa sustenta o gabinete, tendo em vista garantir o cumprimento da lei do ventre livre: ao invés de formar um novo ministério, tirado da ala vitoriosa, o Moderador concede a Rio Branco o decreto de dissolução, habilitando-o para a consulta eleitoral, que os riscos de agitação teriam tornado impossível no ano anterior. Desde que o problema já se encontrava, na verdade, superado, não era difícil a Rio Branco conseguir um predomínio ministerial na representação conservadora.

Uma vez constituída a nova Câmara, dissipa-se o conflito intrapartidário, e a reforma servil, já consumada, transforma-se em título de honra para o Partido Conservador, acrescentado ao da extinção do tráfico.

A promulgação da lei do ventre livre se apresenta, pois, como resultante de um processo diretamente provocado pela Coroa.

O gabinete Zacarias, ao qual é concedida a possibilidade de constituir uma Câmara ministerial, aceitará a delicada tarefa de lançar a questão da reforma servil na arena parlamentar. Em seguida, dentro da lógica do sistema partidário, cumpria apenas evitar que o Partido Conservador se consolidasse na posição, que nesse passo assumia, de porta-voz da resistência da sociedade agrária: o revezamento partidário apresentava-se como o recurso para, ao mesmo tempo, alicerçar o partido alijado na linha reformista, e converter, por fim, o Partido Conservador a esse programa.

Nas condições peculiares de 1868, o afastamento dos progressistas redundou na criação de um novo Partido Liberal que, efetivamente, inscreve a reforma servil na bandeira partidária.

Entretanto, o Partido Conservador (embora acabasse assumindo a responsabilidade da lei do ventre livre) não se converte imediatamente, nem como um todo. Ao contrário do que ocorrera em 1849-50, cindir-se-á profundamente durante a passagem da lei, de maneira a expressar sua disposição favorável ao *status quo* escravista, ao mesmo tempo em que atendia à

Coroa. E a diferença entre o comportamento do Partido Conservador durante a passagem das leis da extinção do tráfico e do ventre livre pode ser interpretada em termos do volume das resistências a serem vencidas dentro da constelação escravista, muito maiores no segundo caso.